

Plenário Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sessão de Maio – 10 a 12
Tema da Intervenção - a Cidadania
Deputada – Piedade Lalanda
GP – Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Durante cerca de três meses, os Açores foram palco de inúmeros eventos integrados no Congresso da Cidadania, uma iniciativa meritória do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, com o alto patrocínio do Governo Regional dos Açores.

Esta iniciativa teve o mérito de dar espaço e tempo à palavra, o mesmo é dizer, deu expressão ao pensamento, às ideias, às opiniões e à participação, que constitui um direito básico de qualquer cidadão.

A cidadania é, por ventura, um conceito na moda, mas a sua essência remonta às sociedades mais antigas e sintetiza o espírito da democracia, da liberdade, da solidariedade e da comunidade.

A cidadania representa, em primeiro lugar, **uma condição**, a de membro, dela decorrendo **o direito e o dever de participação** na comunidade a que se pertence. Enquanto membro de uma comunidade, realidade humana, territorial, social, económica e política, os cidadãos participam **na defesa do bem-comum**, porque a essência da cidadania reside na construção, em cooperação, de uma sociedade inclusiva, integradora, equilibrada e capaz de incorporar todos no seu processo de desenvolvimento.

Três ideias centrais para reflectir: a cidadania como condição, como direito e dever e como defesa do bem-comum.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

A **condição de cidadão** implica o reconhecimento dos outros na construção do eu, o mesmo é dizer, implica valorizar os laços sociais, as relações, as afinidades e associações, na definição de uma identidade. A condição de cidadão é a síntese de um eu que se constrói através de um nós (Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*, Lisboa, Ed. D.Quixote, 1993). O cidadão, enquanto membro de uma comunidade identificada, vive na relação com outros e incorpora essas relações no seu próprio eu, construindo um sentimento de pertença e uma identidade colectiva, que lhe permitem dizer “eu sou parte integrante deste povo”, por isso, partilho com os outros membros, uma cultura, um património, o mesmo é dizer, hábitos, tradições, linguagem e até o sotaque quando falo, me denuncia como membro.

A importância da comunidade na construção da identidade individual contraria a lógica individualista que, por vezes, caracteriza as sociedades modernas. O individualismo tem duas faces, uma face iluminada, a das liberdades, autonomias e responsabilidades, e uma face sombra, que envolve a atomização dos indivíduos, a solidão e a angústia (Edgar Morin, *Amour, Poésie, Sagesse*, Paris, Ed. Seuil, 1997:56).

Ninguém se sente verdadeiramente cidadão sem o reconhecimento dos outros, se viver socialmente isolado, excluído ou limitado na sua participação cívica. Só há lugar para uma cidadania plena numa sociedade democrática, onde todos tenham lugar e onde ninguém é indiferente perante a pobreza, a discriminação ou a exploração. A cidadania implica uma vigilância e um combate permanente a esses e a outros problemas sociais, porque a condição de cidadão não é um privilégio de alguns, mas um laço que nos une a todos e dá forma à comunidade local, nacional e à própria humanidade.

Podemos dizer que, ser cidadão é ser membro da comunidade a que se pertence e, por força da humanidade que nos assemelha aos outros povos, ser

membro de uma cidadania mais ampla, que envolve o país, o continente e o mundo.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Uma segunda ideia: A cidadania enquanto direito e dever de acção.

Porque a cidadania não nasce com o ser humano mas é por ele adquirida com a relação que estabelece consigo próprio e com o mundo que o rodeia, ser cidadão é um direito humano que decorre do simples facto de vivermos, e só sobrevivermos, em sociedade.

Todo e qualquer ser humano é um cidadão com direitos, independentemente da idade ou da condição. Mas, a cidadania tem um efeito duplo na vida dos indivíduos: corresponde a direitos mas também implica deveres. E, é esta dupla dimensão que permite falar de cidadania activa ou participada.

Não basta apregoar que se tem direito a uma sociedade menos poluída, quando se é o primeiro a deitar o papel do gelado para o chão; não basta denunciar a corrupção da administração dos serviços, quando se é o primeiro a pedir para que o seu processo passe à frente dos outros, sem razão aparente, quem sabe à custa de uma gratificação extra; não basta apregoar a solidariedade, se nunca se está disponível para ajudar, excepção feita quanto há contrapartidas financeiras; não basta criticar a classe política, que nada faz depois de eleita, se quando se é chamado a colaborar, nunca se está disponível para servir a comunidade.

A cidadania é uma realidade visível que depende, não apenas dos governos mas, em grande parte, do modo como cada cidadão tem consciência do seu lugar e do contributo que pode dar à sociedade em que vive. A responsabilidade de cada cidadão, sendo individual, tem de visar **a protecção de um bem comum**, que é de todos e que existia antes e existirá depois da vida do próprio indivíduo.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Uma terceira ideia – a defesa do bem-comum.

O **bem comum** é uma realidade concreta, dotada de um valor simbólico, dificilmente quantificável. Quando a sociedade oferece condições às crianças mal-tratadas de poderem ser amadas e respeitadas, ou protege os idosos do isolamento e do abandono, dando-lhes condições de vida, não se pode reduzir esse apoio a um investimento económico. A felicidade dessas crianças e desses idosos não tem preço, é parte do bem-comum a sua reinserção na sociedade.

Quando se recusa um projecto urbanístico porque desrespeita a natureza, destruindo vegetação endémica ou impedindo a fruição, por parte de todos, de um recurso natural, não se está apenas a recusar um investimento mas a afirmar a cidadania, enquanto património de um povo.

A cidadania implica a defesa do bem-comum, o mesmo é dizer, passa pela defesa do património cultural, da natureza e do território que define e constrói a identidade de um povo; pela protecção dos recursos naturais e a promoção do equilíbrio ecológico; pela promoção da paz, da liberdade, da justiça, do respeito pela dignidade humana e por todos os valores que defendemos e consagramos na constituição, nas leis ou nas declarações de direitos universais.

Mas se pensarmos que o bem-comum se resume a essas realidades colectivas que nos envolvem a todos, mas que colocamos numa dimensão abstracta e por ventura subjectiva, estamos longe de poder conceber uma cidadania activa. Na realidade, o bem-comum enquadra a vida diária de todo e qualquer cidadão, desde a criança que frequenta a escola e deve aprender a respeitar os brinquedos que, na sala de aula, são para todos os meninos brincarem, até aos adultos que passeiam nas estradas das ilhas e arrancam as flores durante

a noite, para que o tapete em frente à sua porta seja o mais bonito no dia da procissão.

Se não soubermos partilhar e respeitar o que é de todos, não reconhecemos o bem-comum e assumimos como bem individual o que, na realidade, só podemos usufruir porque somos cidadãos.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

A defesa do bem-comum é algo que nos deve desassossegear a todos, a tal ponto de nos sentirmos incomodados perante os abusos, as faltas de respeito pelo ambiente, a intolerância, a injustiça, a ofensa à dignidade humana, entre muitos outros atentados ao direito de cidadania.

Aparentemente, a cidadania pode ser entendida como uma tema “banal”, de debate simples, pois que vivemos em democracia e esse é um pressuposto dos regimes democráticos. Mas enganam-se os que descansam à sombra dos princípios que fundaram as sociedades modernas. Entre o ideal democrático e a realidade vivida, há uma distância que é preciso encurtar; entre os políticos, democraticamente eleitos e os eleitores que neles delegaram a resolução dos seus problemas, há por vezes um vazio de diálogo e de confiança.

Como refere Anthony Giddens (*Para uma terceira Via*, Lisboa, Ed. Presença, 1999:69), “a democracia está em crise por não ser totalmente democrática”.

O que mata a cidadania não são apenas os regimes autoritários que impedem a livre expressão dos cidadãos, mas também a indiferença que assola os regimes democráticos e faz dos cidadãos espantelhos no meio da poluição, da violência, do desrespeito ou da intolerância.

O que destrói a cidadania não são apenas as políticas erradas, mas sobretudo, a dependência dos cidadãos face aos políticos que as defendem, a mordança

que lhes cala a boca e os torna cidadãos passivos, incapazes de criticar, com medo de não serem apoiados, ou de ficarem excluídos da lista dos favoritos. O que destrói a cidadania é a perda de uma consciência crítica que anula a capacidade de análise e denúncia, perante situações que violam os direitos humanos.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Em síntese, a cidadania torna-nos membros, dotados de direitos e de deveres, garantes do bem-comum e construtores de uma sociedade participada.

Porque não é inata, mas aprende-se vivendo em sociedade, a cidadania também se educa e se ensina.

E, é importante educar para a cidadania, se queremos cidadãos identificados. Para isso, temos de aprender a conhecer: a conhecer-se e a conhecer o outro; a conhecer os pontos fracos que todos possuímos e, com isso, aprender a evitar os conflitos, promovendo o diálogo; aprender a conhecer as raízes que nos identificam e a descobrir a diversidade cultural, respeitando as tradições e os costumes dos outros.

É importante educar para a cidadania, se queremos cidadãos activos. E, para isso, temos de aprender a fazer: aprender a comunicar, a delinear objectivos ou metas que se possam alcançar; aprender a cooperar e a partilhar decisões, aprender a planear e antecipar os resultados.

É importante educar para a cidadania, se queremos viver numa democracia plena e alargada. Para isso, temos de aprender a ser livres, sensíveis diante da natureza, das emoções ou da arte; aprender a ser tolerantes perante a diferença de idade, condição social, religião ou credo, etnia ou simplesmente simpatia desportiva.

Enquanto políticos e representando o povo que nos elegeu, compete-nos defender o bem-comum. Foi-nos entregue um mandato que se resume à

defesa do interesse colectivo, à promoção do bem-estar de todas as populações e à promoção e concretização de uma sociedade inclusiva.

A Assembleia Legislativa é um dos garantes da cidadania, porque nela se defende e se protege os interesses da Região Autónoma dos Açores, seja ao nível cultural, social, económico ou político.

O território, esse limite natural e administrativo sobre o qual construímos a nossa “cidade humana”, a nossa sociedade açoriana, não é uma simples região insular, mas uma parcela identificada da humanidade a que todos pertencemos como cidadãos.

Nunca se está suficientemente maduro em termos de cidadania; somos eternos aprendizes da arte de bem conviver em sociedade.

Disse.